

Câmara instala comissão que vai analisar a PEC dos precatórios

22/09/2021

Foi instalada nesta quarta-feira (22/9) a comissão especial da Câmara dos Deputados que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/21 que trata dos pagamento de precatórios. O colegiado, formado por 34 deputados titulares e igual número de suplentes, deverá discutir uma alternativa para o pagamento de cerca de R\$ 89 bilhões de dívidas transitadas em julgado (precatórios) a serem pagos no próximo ano pelo governo federal. O prazo para a conclusão dos trabalhos é de até 40 sessões.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Cleia Viana/Câmara dos Deputados

O deputado Diego Andrade (PSD-MG) foi escolhido para presidir a comissão. Os deputados Lucas Virgílio (Solidariedade-GO), Maria do Rosário (PT-RS) e Bosco Costa (PL-SE), foram eleitos como primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes do colegiado respectivamente.

A relatoria ficará a cargo do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). Ao iniciar os trabalhos, Motta disse que vai procurar construir um texto de consenso que represente o pensamento do conjunto dos deputados.

"Não queremos fazer nada de forma atropelada, não queremos fazer um relatório que venha a trazer incertezas e inseguranças para o nosso país. Por isso, vamos precisar muito da ajuda dos parlamentares para que a gente possa construir um consenso e um texto que traga o sentimento da Casa", disse o deputado.

Motta propôs a realização de audiências para ouvir o ministro da Economia, Paulo Guedes, o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Conselho Nacional e Justiça (CNJ), o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

"Ouvindo isso, acredito que poderemos ter uma real noção daquilo que o relatório deverá conter para que tenhamos um avanço consensual do trabalho dessa comissão", afirmou.

PEC

A PEC encaminhada pelo governo prevê o parcelamento dos precatórios para abrir espaço fiscal para o pagamento do Auxílio Brasil, programa que deve substituir o Bolsa Família. Pela proposta, seriam parcelados os precatórios que passarem de R\$ 60 milhões, com uma entrada de 15% e o restante dividido em nove parcelas anuais. O governo disse ainda que o parcelamento se justificaria porque houve um aumento de R\$ 34 bilhões em relação ao valor pago de precatórios no ano passado.



A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara na semana passada, mas foi criticada com o argumento de que o parcelamento das dívidas seria um calote nos credores.

Ontem (21), após reunião entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e o ministro da Economia, Paulo Guedes foi apresentada uma nova alternativa para o pagamento dos precatórios.

A proposta prevê o estabelecimento de um teto de aproximadamente R\$ 40 bilhões para pagamento dos precatórios no orçamento do próximo ano. O valor levaria em conta o teto de gastos, (Emenda Constitucional 95), que restringe os gastos públicos durante 20 anos.

O restante, na casa de R\$ 50 bilhões, seria pago por meio de negócios jurídicos, como liquidação do crédito em outorgas, aquisição de ativos e negociações entre devedor (União) e credores ou ser transferidos para 2023. A ideia, segundo Lira, é que essas alterações no texto seja feitas na já na comissão especial. *Com informações da Agência Brasil.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2021-set-22/instalada-comissao-camara-analisar-pec-precatorios/>